

Em África nas últimas décadas a família, como uma categoria social e moral, ganhou novos contornos. Nos discursos dominantes, quer institucionais quer do senso comum, destaca-se uma visão paradoxal da família. Evocada como um pilar identitário e social de importância sempre renovada, a família contemporânea também é categorizada como estando em crise, “desestruturada”, e consequentemente apontada como raiz de muitos dos problemas sociais atuais. Com base em dados etnográficos recolhidos com jovens e mulheres de áreas pobres da cidade do Mindelo (Cabo Verde), propomos uma análise crítica para além dos discursos sobre a crise da família. As redes familiares transnacionais, as transformações nas relações de género e as dinâmicas de reciprocidade inter-geracional serão revelados como recursos centrais para uma maioria de cabo-verdianos pobres estruturarem as suas identidades e percursos de vida e assim fazerem face à crescente incerteza que caracteriza os contextos africanos contemporâneos.

[CABO VERDE, FAMÍLIA,
JUVENTUDE, GÉNERO, GERAÇÃO,
TRANSNACIONALISMO]

article

Para além da crise

Jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde

Filipe Martins & Celeste Fortes

Filipe Martins | Doutorando em Antropologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Portugal). Investigador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Portugal) e no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (Portugal)

Tel. (+351) 917203074 | filipemartins79@gmail.com

Celeste Fortes | Doutoranda em Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Investigadora no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Portugal) e no Centro de Investigação e Formação em Género e Família – Universidade de Cabo Verde

Tel.+238 9798042 | celyfortes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

«Ontem e hoje estive a assistir às jornadas sobre “Alcoolismo, Saúde e Cidadania”, promovidas pelo Hospital no auditório da Academia de Música Jotamonte. Como eu já previa as apresentações e as discussões centraram-se muito sobre o consumo cada vez mais precoce e excessivo de álcool entre os jovens, que leva a actos de vandalismo e outros “males sociais”. (...) Chamou-me à atenção a comunicação “violência doméstica, desestruturação familiar e violência da sociedade”, de um agente da polícia que se apresentou como sociólogo. Ele afirmou que a família é estruturante da sociedade, que é o local de transmissão dos valores, regras e normas de conduta às crianças e jovens, e que é isso que a sociedade espera da família, e defendeu que quando a família não consegue fazer isso com os seus educandos temos uma sociedade desestruturada.

Na discussão a seguir alguém na assistência voltou ao tema da família, (...) reforçando a defesa de que é a à família que cabe o papel da educação e de que em Cabo Verde se assiste actualmente a uma desestruturação familiar. (...) os discursos [nas comunicações e nas discussões] estavam muitas vezes presos a preconceitos e “fugas explicativas” tais como a ideia de “família desestruturada”, que nunca ninguém definiu».

(Filipe Martins, caderno de campo, São Vicente, 5 de Fevereiro de 2009)

«...numa postura quase de encerramento da tentativa de compreensão dos problemas que ela tem passado para manter de pé a sua família, afirma que pelo que ela consegue ver, *Deus t perdoam ma na Kab Verd família é bnile na fotografia* (Deus que me perdoe mas em Cabo Verde só existem famílias bonitas e perfeitas nas fotografias)...Foi assim que, hoje, numa entrevista com a Dona Maria, ela definiu o estado actual da família em Cabo Verde. O seu tom de voz não foi de exaltação mas de confiança. Não fica bem dizer em voz alta, para que todos oiçam, seria pecado dizer isso em voz alta...falar mal de família é como se cometesse um pecado ou amaldiçoa-se algo que dá-lhe pontos de referência e a consegue situar, pessoal e colectivamente: a família...».

(Celeste Fortes, caderno de campo, São Vicente, 20 de Abril de 2009)

Estará a família cabo-verdiana em crise? Será a família cabo-verdiana desestruturada? Com base na combinação do trabalho de pesquisa etnográfica realizado com jovens e com mulheres das zonas periféricas pobres da cidade do Mindelo, Cabo Verde, centrados em particular na Morabi (Associação para a Auto-promoção da Mulher no Desenvolvimento) e na associação Espaço Jovem, propomos, neste texto, uma análise crítica das relações familiares em Cabo Verde que vá para além dos discursos sobre a crise da família baseados numa concepção monolítica, normativa e moralista da família.

Com efeito, embora a família continue a ser para os cabo-verdianos, como sempre foi, a base mais importante para a estruturação das suas identidades e percursos de vida, ela é marcada por constrangimentos vários, como a pobreza, o fracasso e o descrédito nas relações conjugais, violência baseada no género, doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis, migração, conflitos e apoios intergeracionais.

A desconstrução crítica da ideia de crise na família mostrará que as diferentes estratégias para driblar estes constrangimentos permitem a convivência de múltiplos modelos de relações familiares, que não se esgotam apenas no modelo normativo de família nuclear e patriarcal. Neste sentido, as redes familiares transnacionais, as transformações nas relações de género e as dinâmicas de reciprocidade intergeracional serão revelados como estratégias centrais para a maioria de cabo-verdianos pobres imaginarem, negociarem e construir os seus percursos de vida.

Tal não implica, porém, que uma maioria de cabo-verdianos não continue a perseguir um ideal de família normativo. A partir das histórias de vida aqui apresentadas será possível constatar que, embora na prática as relações familiares estabelecidas sejam muito pouco normativas, a maioria das pessoas continua idealizando e aspirando a constituir uma organização familiar de tipo normativo – nuclear e patriarcal.

Contudo, se muitos cabo-verdianos não conseguem alcançar esse ideal de família, tal não significa que as famílias estejam em crise ou desestruturadas. Propomos antes que a ideia de crise da família reflecte a crise de um modelo social “moderno”, que está em continuidade com o período colonial, e que gera crescentes desigualdades sociais e promove um expressivo desfasamento entre aspirações e oportunidades junto das camadas mais desfavorecidas da população.

2. OLHARES RETROSPECTIVOS SOBRE “A FAMÍLIA” CABO-VERDIANA

Cabo Verde é um estado insular, constituído por 10 ilhas, das quais nove são habitadas. Situa-se ao largo

da costa ocidental africana, a cerca de 450Km da costa do Senegal. A data de 1460, marca o início da vida, do arquipélago descoberto, por António da Noli e Diogo Afonso, dois navegadores portugueses sob ordens da coroa Portuguesa. Ligado a intenções expansionistas da Coroa Portuguesa que procurava combinar projectos comerciais - de fomento de trocas comerciais entre África, Europa e América - com o “espírito e missão evangelizador”, nos trópicos, Cabo Verde passa a ser um entreposto comercial, principalmente nas rotas do comércio de escravos entre África, Europa e América. Englobada na região do Sahel, o que confere-lhe um clima seco e ventoso que limita grandemente a produção agrícola, com excepção de algumas pequenas regiões mais húmidas, a colonização do arquipélago, distingue-se de outros territórios colonizados (como sejam Madeira, Brasil, Caraíbas, Reunião) onde foi possível introduzir e desenvolver uma economia de plantação (Carreira, 1983, Andrade, 1996, Peixeira, 2003).

Inabitado à época, implantou-se no arquipélago uma população autóctone miscigenada a partir de um contingente populacional maioritariamente de origem africana e de um contingente minoritário de origem europeia. Não obstante esta desigualdade populacional, a presença europeia permaneceu dominante ao longo dos séculos, através do poder administrativo e judicial, do controle da propriedade latifundiária e de instituições como a Igreja Católica, o sistema de ensino e a própria língua portuguesa. Contudo, ao nível da vida quotidiana a população local desenvolveu, com relativo grau de autonomia, um conjunto de práticas, relações e expressões originais – onde se destaca o desenvolvimento de uma língua local crioula que permanece até hoje como principal meio de comunicação nos domínios informais – que foram constituindo uma identidade colectiva específica distinta da identidade portuguesa metropolitana (Mariano, 1991, Peixeira, 2003).

Neste contexto, existe o consenso de que a génese da família cabo-verdiana, é o resultado do “encontro”

miscigenador que ocorreu nestas ilhas, em resultado: do encontro sexual entre o homem branco (colono e livre) e a mulher negra (escrava ou livre); da escassez de mulheres brancas nas ilhas; e do encontro sexual entre homem negro (escravo ou livre) e mulher branca (colona e livre) (Lopes Filho, 1996; Mariano, 199).

Práticas que por circunstâncias como a falta de mulheres brancas ou o facto de estarem num outro contexto geográfico e sociocultural, criou condições para tal “encontro” miscigenador (Rodrigues, 2003, 2005) e que contrariou as normas impostas pela Igreja Católica, que acompanhou a máquina colonial portuguesa até as ilhas e que proibia relações extraconjugais, sobretudo quando envolvia grupos sociais diferentes. Mas tal não significou a diminuição do poder da Igreja Católica, enquanto agente socializador na imposição de um sistema de relações patriarcal que conferiu aos homens da ilha, poder de dominação sobre as mulheres, a quem é dada um lugar secundário, de obediência, para com o seu marido (Santos e Soares 2001; Lopes Filho, 1996, 2003; Semedo, 2009). Facto que para alguns investigadores significou a dupla dominação da mulher, pelo seu senhor e pelo seu companheiro, enquanto escrava, objecto sexual, mãe, mulher de, etc. (Lopes Filho, 1996, 2003; Rodrigues, 2007). Desde cedo, verificou-se o desencontro entre as normas da Igreja Católica para a construção de uma família normativa e monogâmica e as práticas de relações que abriram caminho para a existência de poligamia informal (Carreira, 1977) ou de facto (Lopes Filho, 1996).

A combinação da escassez de recursos naturais que pudessem ajudar no desenvolvimento do arquipélago não conferiu segurança para um investimento económico e demográfico por parte do poder colonial, traçando, deste modo, um destino de pobreza e precariedade para a maioria da população do território. Perante tal cenário, de pobreza crónica, a partir do século XVII a emigração surge como uma tábua de salvação e de fuga à pobreza. Começa a desenhar-se projectos migratórios, com o homem enquanto



protagonista central, tendo em conta o quadro social de referência: responsável pelo sustento e segurança económica e social da família. A mobilidade geográfica passou a ser um mecanismo de subsistência entre a maioria da população (Carreira, 1977, 1983).

3. DINÂMICAS FAMILIARES PÓS-COLONIAIS: A PARTIR DE VOZES JUVENIS E FEMININAS

O ano de 2010, marca as comemorações dos 550 anos do achamento e povoamento de Cabo Verde, os 35 anos da sua independência de Portugal e 20 anos de abertura política, vivendo desde Janeiro de 1991, num sistema de multipartidarismo. A nível demográfico o país registou um crescimento muito intenso nas últimas décadas, com uma população que cresceu de 202.000 habitantes em 1960 para 500.000 em 2008 (INE, 2007). Contudo estima-se que um igual ou até superior número de cabo-verdianos resida fora do país. O forte crescimento demográfico foi acompanhado por uma juvenilização da população, sendo que actualmente 59% dos habitantes de Cabo Verde têm menos de 25 anos de idade (INE, 2007).

Paralelamente, num país com uma forte tradição rural, hoje 60% da população reside em núcleos urbanos (INE, 2007), com perto de metade da população a residir num dos dois principais centros urbanos do país: 120.000 habitantes na cidade da Praia, capital administrativa, na ilha de Santiago, e 70.000 habitantes na cidade do Mindelo, na ilha portuária de São Vicente. Estes factores demográficos têm inevitavelmente como resultado uma exigência crescente para com as instituições que respondem às necessidades de crianças e jovens, principalmente nos universos da educação e saúde e com especial expressão nos centros urbanos.

Desde a independência o país tem registado melhorias substanciais em todos os indicadores, sejam eles relativos ao crescimento económico e ao rendimento per capita, à literacia e ao acesso à educação básica e secundária pública (mais recentemente também à educação superior, com abertura de universidades pública

e privada) à saúde pública e ao acesso a cuidados de saúde básica, ou ainda à criação e estabilidade de um sistema político de democracia parlamentar e à organização e participação da sociedade civil.

Num território como Cabo Verde – marcado ao longo de toda a sua história pela escassez de recursos naturais e pela pobreza – estas recentes e rápidas mudanças não puderam deixar de ter um impacto importante. A crescente acessibilidade a oportunidades de educação e formação, acompanhada pela também crescente disponibilidade de bens e serviços de consumo e uma maior facilidade de conexão global através dos meios de transporte e das telecomunicações, inevitavelmente alteraram as referências socioculturais disponíveis e, consequentemente, elevaram as aspirações e as ambições de vida da generalidade da população.

Contudo, com um mercado de trabalho ainda muito reduzido, a falta de emprego marca de forma profunda a sociedade cabo-verdiana, mesmo entre os mais qualificados, tornando-se num dos problemas sociais mais expressivos. Num quadro em que a economia nacional permanece altamente dependente da ajuda internacional e das remessas dos emigrantes, em que a produtividade local é baixa e a maioria dos bens é importada, o custo de vida torna-se extremamente elevado face aos rendimentos da maioria da população, levando a um aumento das desigualdades sociais (Laurent e Furtado, 2008). Não obstante estes factores, Cabo Verde desde Janeiro de 2008 deixou de ser considerado país subdesenvolvido, ocupando agora o rol dos países de desenvolvimento médio, segundo a categorização das Nações Unidas.

Com o enfoque nos jovens e nas mulheres com quem trabalhamos durante as nossas pesquisas de terreno, daremos conta do modo como, embora este crescimento seja valorizado e seja utilizado como estratégia de projecção positiva ao nível internacional, o país continua ainda a atravessar momentos de fragilidade, sobretudo económica, e é incapaz de sustentar um sistema de protecção social eficaz no apoio aos grupos mais desfavorecidos da sociedade. O actual

contexto cabo-verdiano configura assim um cenário de vulnerabilidade que afecta muitas famílias pobres nos contextos urbanos, e cujos efeitos se fazem sentir em especial junto das crianças, dos jovens e das mulheres dessas famílias.

3.1. Jovens e família

No contexto das mudanças descritas, os jovens adquirem um lugar social de relevo na sociedade cabo-verdiana, mas um lugar de natureza paradoxal (Martins, 2010). Com efeito crescem as oportunidades de realização dos jovens nos domínios da educação, do trabalho, da comunicação, do consumo e do lazer. Contudo, face à pressão demográfica destes, os frágeis sistemas económico, educativo e de protecção social do país ainda não são capazes de responder às aspirações juvenis de obtenção de um emprego estável, de uma habitação própria e de estabelecimento de uma família autónoma.

Dentro dessa contradição entre aspirações e frustrações, ou precisamente por causa dela, a juventude tornou-se tanto num sintoma e como num agente de crise social e pânico moral, apontada como ociosa e irresponsável e contribuindo para o crescimento de novos “males sociais” na tradicionalmente harmoniosa sociedade cabo-verdiana, tais como a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, o vandalismo, o crime, as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce. Estas imagens de crise social convocam um discurso moralizador sobre a juventude, que se torna o principal foco de preocupações e demandas de muitos adultos e de diversas instituições públicas e da sociedade civil.

Com efeito, em Cabo Verde actualmente é frequente ouvir falar e ler documentos, notícias ou crónicas sobre a crise da juventude. Contudo, esta crise muitas vezes está relacionada com uma outra, a crise da família cabo-verdiana. Em palestras feitas por sociólogos e psicólogos locais, em relatórios institucionais ou em documentos de políticas públicas, as famílias “disfuncionais” ou “desestruturadas” são apontadas como um

problema crescente nas áreas urbanas de Cabo Verde e muitas vezes são tomadas como uma das principais causas da ociosidade e da irresponsabilidade juvenil. Embora estas famílias “desestruturadas” quase nunca sejam definidas em termos claros, a ideia geral de crise da família é baseada num suposto desvio do padrão tomado como “normal” ou mesmo “tradicional” de família patriarcal e nuclear, com raízes na influência colonial católica e no presente reforçada pelos modernos discursos “científico” e legal.

Por seu lado, quando os jovens falam sobre suas vidas e objectivos pessoais, a família é também evocada com frequência, mas raramente como algo em crise. Nas suas narrativas as pessoas mais importantes pertencem invariavelmente aos seus grupos familiares e os momentos biográficos mais marcantes são quase sempre em torno de figuras da família, sejam nascimentos, mortes, partidas ou reencontros. Assim, para a maioria dos jovens a família é uma parte muito sólida de suas vidas, algo de que dependem, que valorizam e respeitam acima de tudo, uma dimensão importante que está inevitavelmente presente nas suas práticas quotidianas e nas suas aspirações para o futuro.

A família parece então colocar os jovens diante de um paradoxo. Se de um lado as famílias “desestruturadas” são vistas como a causa do desvio social da juventude, ao mesmo tempo, os próprios jovens conferem à família a máxima importância nas suas vidas. Para ultrapassar este aparente paradoxo da juventude e da família propomos uma análise que situe os jovens no contexto mais amplo da sociedade cabo-verdiana pós-colonial, nas suas transformações e contradições. Assim, desenvolvemos uma pesquisa focada nos percursos de vida aos jovens, tentando entender como eles e elas experienciam quotidianamente o seu contexto social e como, através dele, conseguem imaginar, negociar e construir as suas trajectórias sociais.

Liliane tem 20 anos (em Fevereiro de 2009) e está no 2º ano da licenciatura em Ciências da Educação na Universidade de Cabo Verde (universidade pública). Vive na zona de Fernando Pó com 4 crianças mais



novas, dois irmãos, por parte da mãe e dois filhos do padrasto. A mãe e o padrasto estão emigrados. O pai nunca viveu com ela (trabalha na ilha do Sal), mas ultimamente tem ajudado no pagamento da propina da faculdade. Liliana descreve assim o seu percurso de vida:

«Agora a minha mãe viajou [há 5 anos atrás], ela emigrou para Espanha, quando a minha irmã tinha 2 anos, a minha irmã mais pequenina. Nós moramos com uma tia nossa mas essa tia também emigrou para Espanha. Agora nós ficamos na nossa casa “nós só”. (...) Quando a minha mãe viajou (...) eu sentia-me só, não tinha com quem falar, então eu achava que era muita responsabilidade, eles mandavam-me aquele dinheiro para fazer compras de fim de mês e essas coisas, então se estava a faltar alguma coisa em casa eu é que tinha que me preocupar, se os meus irmãos e irmãs tiravam uma nota baixa eu preocupava-me, então eu estava a sentir que era muita responsabilidade. Mas agora eu acostumei-me. (...) Eu queria era fazer Relações Públicas [tinha de estudar fora do país], mas a minha mãe disse-me que não havia outra pessoa que pudesse tomar conta dos meus irmãos, e eu também fiquei com aquele receio se achássemos outra pessoa, mesmo que fosse de família, se ela ia tomar conta deles *drêt*, se os meus irmãos iam mudar de comportamento por ficar com uma pessoa de família. Então eu fiquei e para não ficar parada eu fui fazer aquilo [a licenciatura em Ciências de Educação]».

Desta narrativa biográfica destaca-se uma situação residencial que confere a Liliane um elevado grau de responsabilidade familiar. Como este caso ilustra, na cidade do Mindelo a maioria dos jovens reside em casa de familiares, mas tal não significa que se verifique sempre co-residência com os progenitores. Na maioria dos casos os jovens residem com apenas um dos progenitores, frequentemente a mãe. Mas também são muitos os jovens que partilham residência com outros familiares que não a mãe ou o pai, tais como avós, tios, irmãos, primos ou com outras pessoas tais como padrinhos, vizinhos ou amigos. Porém, só excepcionalmente

a decisão de viverem afastados dos pais é tomada pelos próprios jovens. Para a maioria esse afastamento deve-se à incapacidade logística ou financeira dos pais para acolher os (ou alguns dos) seus filhos na sua residência ou ao facto de estes terem decidido mudar de ilha ou emigrar, deixando assim os filhos ao cuidado de outros familiares ou a gerir eles próprios o grupo doméstico. A configuração familiar de Liliane é um exemplo extremo desta realidade, visto que ela assume sozinha a gestão do grupo doméstico e o cuidado dos seus dois irmãos mais novos e ainda de dois dos filhos do seu padrasto.

No entanto a biografia de Liliane revela também que o distanciamento geográfico não implica um rompimento dos laços familiares no seio do grupo doméstico. Pelo contrário, Liliane mantém um contacto intenso com a mãe que está em Espanha, que continua a tomar decisões respeitantes à dinâmica familiar (como não ter permitido que a Liliane saísse do país para estudar) e que envia de dinheiro e bens para a casa e para os filhos. Também o pai, embora menos próximo, contribui para o percurso biográfico de Liliane suportando os seus estudos superiores. É exactamente esta estratégia familiar baseada no distanciamento geográfico entre pais e filhos que permite a sustentabilidade de todo o grupo doméstico de Liliane e que dá à jovem a possibilidade de frequentar a universidade, aumentando assim suas oportunidades de autonomia futura. Como resultado de estratégias como esta, muitos jovens pobres em Cabo Verde têm a sua subsistência presente e a sua autonomia futura dependentes familiares que estão ausentes.

A biografia de um outro jovem, Elton, chama a atenção para outro aspecto importante nos percursos biográficos dos jovens, nomeadamente a parentalidade. Elton tem 24 anos (em Abril de 2008) e está a terminar o 12º ano de escolaridade numa escola privada. Trabalha como educador na associação Espaço Jovem, o que lhe permite pagar as suas despesas escolares. Vive na zona de Pedreira num quarto que pertence ao seu avó ao lado da casa onde vive o pai, a mãe

e um irmão. É o segundo mais novo de 7 irmãos. Ele descreve assim o seu percurso de vida:

«Posso dizer que o meu percurso é bom e mau. Bom porque sempre tive uma família para me apoiar, os meus pais sempre me apoiaram, nunca deixaram faltar nada em casa, preocuparam-se com a nossa educação e nunca deixaram que nada de mal acontecesse. Sempre vivi com os meus pais e com meus irmãos. Também na escola estava bem, fui sem repetir até ao 11º ano. No 12º ano pessoalmente penso que tive azar, que fiz uma criança, fiz uma gravidez precoce. Estava numa fase também difícil, adolescência e essa coisa toda, preocupava só em raparigas, não queria saber de nada... Naquela altura foi uma infelicidade para mim, eu não tenho vergonha de dizer, porque não é bem fazer uma criança quando ainda somos dependentes dos pais. (...) O meu filho chama-se Micheal, tem 5 anos e está com a sua mãe, aqui em São Vicente. (...) Eu fico com ele nos fins-de-semana e nas férias (...) Mas quando entrar para a escola ele vai ficar comigo (...) e assim vai morar comigo e com os meus pais. (...) Fiquei cerca de 5 anos sem estudar porque senti necessidade de trabalhar. Os meus pais nunca me disseram que tinha de estudar para sustentar o meu filho; tenho de lhes agradecer por isso. Eles queriam o neto e disseram que nunca lhe ia faltar nada. Disseram que eu não tinha filhos e que ia continuar a minha vida, mas eu senti-me preocupado com isso, e o meu pai estava a beber, a condição estava a pesar em Cabo Verde, e quis trabalhar, quis ajudar a minha mãe que estava doente».

Como Elton, uma parte significativa dos jovens pobres da periferia do Mindelo já não se encontra no final da linha genealógica. Dos 23 jovens entrevistados 6 eram já pais e um outro viria a sê-lo meses depois do final da pesquisa. Todos esses jovens (6 rapazes e uma rapariga) tinham tido os seus filhos entre os 16 e os 25 anos, porém, nenhum deles chegou a estabelecer relacionamentos estáveis com os pais ou mães dos seus filhos nem conseguiu construir um novo núcleo familiar. Com efeito no Mindelo a parentalidade na

juventude está muitas vezes desfasada de outras transições importantes no percurso dos jovens para a idade adulta, como a conclusão dos estudos, a entrada no mercado de trabalho formal, a residência numa habitação própria ou a construção de um núcleo familiar autónomo. Neste contexto a parentalidade, embora possa ser assumida como um marco simbólico de transição para a vida adulta, contribui para aumentar ainda mais a dependência dos jovens face aos seus pais ou outros familiares, especialmente no caso das jovens mães, culturalmente mais responsabilizadas pelo cuidado dos filhos.

Este é o caso de Flora, com 32 anos (em Março de 2009), que vive com a sua mãe de 72 anos e com a sua filha de 6 anos na zona da Ribeira de Craquinha. O pai morreu há 5 anos, mas não morava com elas. Flora parou de estudar no 9º ano porque na altura ia emigrar, mas um irmão mais velho acabou por ir no seu lugar. É a mais nova de 6 irmãos do lado da mãe, todos rapazes, dos quais 4 estão emigrados. Esta é a descrição que faz do seu percurso de vida:

«Trabalhei numa clínica, depois num lugar de venda de gelados, depois numa pizzaria, depois com uma brasileira onde aprendi a fazer unhas, sempre em São Vicente. (...) Agora trabalho em casa a fazer unhas. Não dá para viver. Vivo com a minha mãe. Não consegui ter uma casa própria. (...) Mamã diz que para eu sair tenho de viajar, ir ter com os meus irmãos, fazer a minha vida. Mas parece que agora temos de sair (...). Porque agora chegou a idade para ir trabalhar mesmo e conseguir tudo o que eu quero, não é? E se eu sair a minha mãe não pode ficar na casa ela só, porque ela não sabe ler. Então ela vai para a América, ter com o meu irmão. Está meio certo. Para ela ir eu tenho de estar lá, porque tenho 2 irmãos no Luxemburgo, então eu tenho que ir primeiro, depois é que ela vai, para depois vermos o que vamos fazer com a casa, e essas coisas. Mas não quero muito... Vou porque aqui não posso arranjar um trabalho assim para poder sustentar a mim mais a minha filha, uma casa. Eu vou primeiro e depois a minha filha vai. Entretanto fica com a sua



avó de banda de pai. (...) Estou arrependida de não ter estudado, tinha tido muitas chances de estudar mas... Nunca consegui ter dinheiro para pagar a escola de noite [escola privada]».

Casos como o de Flora e o de Elton, revelam jovens que procuram assumir o que entendem ser as suas responsabilidades parentais, principalmente através da procura de um trabalho que lhes permita contribuir para o sustento dos filhos. Esta procura no entanto pode levar muitos jovens a sujeitar-se a trabalhos informais e precários, a desistir do seu percurso escolar ou mesmo a abandonar a cidade ou o país em busca de mais oportunidade de emprego, tal como planeia Flora. Nestes casos é prática recorrente os filhos serem confiados ao cuidado das avós, principalmente as avós maternas, enquanto os filhos (mas principalmente as filhas) buscam fora de casa recursos para sustentar não só os seus filhos mas também os seus pais. Assim perpetua-se um padrão tradicional de negociação entre gerações, em que os núcleos familiares são preferencialmente organizados em torno da descendência em detrimento da aliança, reforçando os elos entre as gerações como forma de sustentabilidade e continuidade familiar, mesmo que tal implique o distanciamento geográfico de uma das gerações (Lobo, 2008; Rodrigues, 2007). Os percursos de Elton e Flora demonstram este tipo de negociação intergeracional no cuidado dos filhos, que no caso de Flora assume ainda uma dimensão transnacional devido à sua necessidade de emigrar, deixando a filha ao cuidado da avó paterna.

Estes padrões de relações familiares – de conjugalidade, de residência, de interdependência intergeracional – revelam um carácter fortemente dinâmico, negocial e contextual da família em Cabo Verde, muito distante de um ideal normativo de família nuclear e patriarcal. Mas ao mesmo tempo demonstram também as dificuldades que muitos jovens experimentam para se autonomizar a nível familiar. Em parte esta fluidez familiar tem relação com a elevada mobilidade geográfica dos cabo-verdianos. Contudo não é apenas em razão da necessidade de emigrar que os

jovens não logram autonomizar-se a nível residencial e familiar e se vêm forçados a construir relações familiares muito pouco “normativas”. Estas dificuldades estão claramente ligadas à debilidade do mercado de trabalho nacional. Em Cabo Verde um jovem dificilmente encontra um trabalho que lhe ofereça a estabilidade e a remuneração necessárias para subsistir economicamente. Na verdade os jovens identificam imediatamente a falta de oportunidades profissionais como o principal obstáculo para atingir a sua autonomia (Martins, 2009). E os dados estatísticos nacionais corroboram esta reivindicação: o desemprego, que em Cabo Verde se situa na taxa de 21,7%, afecta desproporcionalmente os jovens, a uma taxa de 41,8% na população entre 15 e 24 anos de idade (INE, 2007).

Neste quadro, a realidade laboral que muitos jovens enfrentam (mesmo os detentores de qualificações secundárias ou até superiores) é o desemprego prolongado ou o trabalho pontual e/ou precário, remunerado frequentemente a valores que não correspondem sequer ao valor mensal da renda de uma habitação. Aqueles jovens e famílias que têm mais possibilidades económicas procuram contornar este cenário através do investimento na obtenção de qualificações escolares cada vez mais elevadas, mesmo que tenham cada vez menos garantias de vir efectivamente a obter um trabalho estável no futuro. Contudo, em ambos os cenários o resultado é um prolongamento da dependência dos jovens face aos familiares.

Estes factores, tomados em conjunto, afectam de forma marcada as trajetórias sociais dos jovens cabo-verdianos. Aquilo a que em sociologia se tem vindo a designar como “transição para a idade adulta” torna-se em Cabo Verde num processo cada vez mais tardio, ambíguo e não linear, mesmo “labiríntico” (Pais, 1999). A aquisição da autonomia (e a consequente assumpção de responsabilidades) nos domínios tradicionais da vida adulta – o estabelecimento de residência autónoma, a constituição de um novo núcleo familiar e a obtenção de um trabalho estável – apresenta-se hoje em dia uma tarefa difícil para grande parte dos

jovens, marcada pela fragilidade e pela incerteza face ao futuro. Esta transição é na maioria das vezes marcada por avanços e recuos e por desencontros entre autonomia residencial, familiar e laboral. Não porque os jovens não desejem estas responsabilidades, mas principalmente porque não têm como as atingir (Martins, 2010). Assim pode falar-se hoje em Cabo Verde (como aliás em muitos outros contextos do mundo) da juventude como uma “moratória” (Vigh, 2006), um compasso de espera social, marcado por ambiguidades estatutárias e identitárias, o que se confirma pela própria ambiguidade do conceito de “jovem”, cada vez mais extenso, subjectivo e passível de se sobrepor ao próprio conceito de “adulto”.

Paradoxalmente, face a esta fluidez de trajectórias sociais e à consequente ambiguidade estatutária, o recurso identitário mais evocado pelos jovens é a própria família e quando se projectam no futuro os jovens desejam fortemente a construção de relações familiares estáveis. Desafiados a imaginar a sua vida daqui a 10 anos, respondem assim os três jovens aqui apresentados:

Liliane: «Nem sei... Sem filhos (muito determinada) (...) é assim, eu cuidei dos meus irmãos e ainda vou ter de cuidar deles mais, então eu acho que toda a minha paciência ou quê, tudo o que tinha para lhes dar eu dei-lhes a eles. (...) Já vou estar a morar na minha casa... aqui na zona. Eu gostava de estar a dar aulas (...) Mas eu gostava de estar a morar na minha casa mas mais uma pessoa, não eu só. (...) Aos 30 anos eu gostava de estar casada. (...) Não, isso não é uma questão só daquela cerimónia, não é isso. Mas eu acho que quando te casas pelo menos já encontres uma pessoa que te faz feliz ou que tu achas que te faz feliz, já tens mais uma estabilidade na vida, já consegues pensar mais fixo para alguma coisa, e já não pensas sozinha, pensas em conjunto, tens uma pessoa e os dois pensam no futuro em conjunto».

Elton: «Quero ter a minha família, a minha mulher com os meus filhos dentro de uma casa, tudo organizado, tradicional. Quero ter mais filhos, mas isso

não é agora. Penso casar algum dia, mas depende do meu percurso, tenho de ter uma vida estável para casar e ter mais filhos».

Flora: «Vou estar com a minha casa, com o meu marido, com os meus filhos; mais só um filho, com o meu trabalho fixo. Gostava de fazer música, tocar e ensinar, porque eu gosto de ensinar tudo o que sei fazer. (...) Eu, sinceramente, gostava de casar, e vou casar! Porque me sinto mais, mais... como é que eu te posso dizer... mais drê, mais eu, mais forte, ter um companheiro comigo, ter uma pessoa que podes confiar, que podes... sei lá. Gostava de morar junto e casar, vestido de noiva e tudo, claro!».

Mesmo que no quotidiano desacreditem as relações conjugais duradouras e expressem desconfiança na fidelidade do sexo oposto (em ambos os sexos), nas suas aspirações futuras, tal como mostram Liliane, Eltone Flora, a maioria dos jovens entrevistados imagina-se a estabelecer uma relação monogâmica estável e duradoura, com filhos, e em coabitação numa residência autónoma. Tal constatação parece contraditória com o padrão mais comum de relações familiares construído pelos jovens, onde se desencontram frequentemente a parentalidade, a conjugalidade, a residência e a autonomia económica. Então porquê a aspiração por um padrão familiar normativo, nuclear?

As narrativas biográficas de Liliane, Elton e Flora revelam em especial que para os jovens é pelas relações familiares que passam as principais estratégias e recursos de subsistência económica, de segurança habitacional e alimentar e de mobilidade social. Desta forma, para muitos jovens pobres de São Vicente a família constitui a principal fonte de estabilidade, seja emocional seja material, e o contexto de possibilidade da sua autonomização. Assim é possível supor que a aspiração dos jovens a uma ideia normativa de família, mesmo que não a possam ou não saibam como o concretizar, apareça para eles como a imagem acabada da estabilidade pessoal e social, como o sucesso último em face da fragilidade e à incerteza no futuro que experimentam no seu quotidiano.



3.2. Mulheres e Famílias

Porquê que ao falar da família, Dona Maria, pediu perdão a Deus? Porquê que, Dona Maria consegue ver imperfeições na sua família, mas prefere não dizê-lo publicamente? Porquê que apesar da família não ser perfeita, esta mulher partilha as mesmas vontades de outras vozes femininas: construir e manter uma coesão familiar, que lhe garanta sentidos de pertença e segurança?

Apresenta-se, de seguida, a narrativa biográfica de duas mulheres, que permitem analisar as dinâmicas familiares que surgem em resultado dos conflitos entre as estratégias de construção pessoal e individual da sua identidade de género (enquanto mulher, esposa, *mãe d'fidi*) e as possibilidades de concretização do projecto de vida a dois e da construção do lar, marcados por fracassos e descrédito nas relações conjugais. Factores que as levam a sustentar que a família cabo-verdiana só é bonita e perfeita nos álbuns de fotografias (Fortes, 2010).

3.2.1. Maria, lutando contra a ausência dos pais dos filhos, vivendo para os filhos e pelos netos. «Sou mãe e pai dos meus filhos»:

Quando a conheci, a primeira coisa que chamou a minha atenção foi o seu corpo. Como ela própria diz «foi o trabalho que formou o meu corpo, não tenho medo de trabalho, estes braços já fizeram quase de tudo...» Dona Maria, tem 46 anos, sete filhos. Teve o primeiro filho, uma menina, com 18 anos. Dos sete filhos, teve quatro com um homem e três com outro. Não viveu muito tempo com nenhum dos *pais d'fidi*. A ausência desses dois homens, da sua vida, quotidiana, sobretudo no que toca a apoio aos filhos, fez dela mãe e pai dos sete filhos.

«Quando tinha pão dava-lhes pão, quando tinha sumo, era sumo, quando tinha arroz dava arroz, foi sempre assim, e graças a Deus estão todos crescidos. E sempre expliquei-lhes que não lhes dava mais porque não podia, porque não tinha onde ir buscar mais. Já lavei no quintal de outras pessoas, já fiz criação de

porcos, já vendi cuscuz, já carreguei tanta carga para lhes dar de comer, hoje até tenho problemas de colunas, mas nunca senti cansada, pelos meus filhos nunca senti cansada. Praticamente todos os meus filhos vivem comigo».

Na casa da Dona Maria, vivem três gerações: além dela e de alguns filhos, que ainda vivem com ela, também tem sobre o seu encargo quatro dos oito netos. O que significa dizer que além de ser mãe e pai dos seus filhos é mãe dos seus netos.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, referentes a 2002, 37% da população cabo-verdiana encontra-se em situação de pobreza e de entre estes, 54% vive numa situação de muito pobres. Por outro lado, cerca de 16% das famílias pobres eram chefiadas por mulheres e 14,9% das famílias muito pobres eram chefiadas por mulheres. O encontro com mulheres que entram nestes números estatísticos foi constante e a Dona Maria espelha estes números. Considera-se uma mulher pobre, sobretudo porque «tem de trabalhar muito para sustentar os filhos, sem apoio do homem e de mais ninguém».

Com efeito, algumas instituições governamentais e não-governamentais têm dado atenção particular à questão da pobreza feminina e das famílias, concedendo-lhes apoios sociais que lhes ajude a sair da condição de família pobre promovendo um *empowerment* feminino e familiar, através da concessão de micro-créditos. Mas deve-se fazer notar que em resposta ao projecto de modernização social e de projecção positiva do país, ao nível nacional e internacional, têm-se assistido à introdução da perspectiva de género em matéria de apoios sociais, o que significa dizer que se passou de uma abordagem que procurava melhorar a condição da mulher para uma abordagem que enfatiza a igualdade e equidade de género.

Embora as estatísticas considerem-nas solteiras, são raros os casos de mulheres que não tentam (re)construir a sua vida amorosa com outro homem e a Dona Maria teve outras experiências amorosas com outros homens depois de ter sido abandonada pelos dois *pai*

d'fidj mas continua sozinha, porque as relações sempre fracassaram, deixando-a cada vez mais convicta que «homens, são uma perda de tempo». E uma das razões para este fracasso, assim como acontece com outras mulheres, foi o facto dos namorados terem tido outras relações, com outras mulheres, durante o tempo que estavam juntos.

«O meu último namorado, já tinha 50 anos, mas não tinha juízo, sempre na farra, namorada para cá, namorada para lá, não têm responsabilidades e depois não te esqueças que hoje em dia existem muitas doenças, sei lá se ele vai para cama com outras mulheres e não se protege, depois traz-me uma doença para dentro de casa, como acontece com muitas mulheres, eu não, não quero isso, além de que na parte de trabalhar para me dar eu não preciso de nenhum homem para me sustentar. Já cheguei a apanhá-lo com outra mulher na cama, dei-lhes porrada, briguei tanto. Ia perdendo os abusos, nem sei bem para quê. Eu descontraindo-me dele por uns tempos depois voltava, mas sabes porquê que ele não se incomodava muito e confiava que eu ia voltar? Porque eu não arranjava outro homem».

Continuo a ter contacto com a Dona Maria e devido à relação de amizade que se estabeleceu entre nós, sempre que a encontro pergunto-lhe pelo namorado. Num desses encontros, na Morabi, a Dona Maria, foi-nos dizer que agora tinha arranjado outro namorado, cabo-verdiano mas que vive em Portugal. Conheceram-se aqui, ele estava de férias e prometeu levá-la para Portugal. Em jeito de brincadeira, lembrei-lhe que ela tinha jurado que não iria envolver-se com mais nenhum homem, porque são «uma perda de tempo». Dona Maria, responde-me meio tímida, «sim tinha-te dito, mas não sabes como as mulheres, sem homem, são tratadas em Cabo Verde? Não são respeitadas, porque casa sem homem é casa sem respeito, é um navio parado».

A família da Dona Maria não se enquadra na estrutura familiar nuclear e patriarcal. A casa, onde vivem 3 gerações, não tem um homem como chefe de

família, que sustenta e que manda. Ela é que tem estas responsabilidades e é a ela que os filhos e netos devem obediência, embora já sejam maiores de idade. Passado algum tempo, cruzei-me com a Dona Maria, fora da Morabi, perguntei-lhe pelo namorado, tinha terminado tudo e «desta vez, sim, já não quero saber mais de homens, não prestam».

Mas a Dona Maria continua a perseguir o ideal social de família cabo-verdiana, aquela que tem um homem em casa. Mesmo que não sustente mas que mande e que mostre aos outros que a casa tem um homem e que por isso tem de ser respeitada.

3.2.2. Carla, mulher mãe, longe dos filhos. «Só quero que os meus filhos saibam que têm uma mãe em Cabo Verde e que sou eu»:

Mãe de quatro filhos cada um com um homem, hoje com 37 anos, Carla que vivia em casa de uma tia, teve o seu primeiro filho, uma menina, quando tinha 18 anos. Assumindo como pai e mãe dos seus filhos, teve de sair da casa da tia quando esta pediu-lhe que procurasse um sítio para ir viver com a filha, que tinha na altura apenas 6 meses. Embora tenha alugado um quarto para viver com a filha não teve oportunidade de estar muito tempo com ela, como ela conta: «Veio uma prima minha da França, que me disse que ela não conseguia ter filhos, por isso como eu tinha muitas dificuldades para criar a minha filha sozinha, dei-a à minha prima e levou-a para França. Sinto muito por isso, hoje não conheço a minha filha. Se eu tivesse tido possibilidades de a criar não daria à minha prima».

Chora ao lembrar-se da filha e do facto de a última vez que ela esteve com ela, tinha menos de um ano e por isso não a conhecer, porque nem tem fotografias actualizadas dela. Para a Carla a culpa é da pobreza em que vive. E foi porque a sua situação económica não melhorou é que voltou a repetir a mesma situação com o último filho: «Ela levou-o para França quando ele tinha 6 anos e hoje nem falamos muito. Ela me enganou, disse-me que ia sempre ligar-me e que mandaria fotos, que me ia ajudar mas não fez nada disso.



Nunca ouvi a voz da minha filha, porque a minha prima diz que ela não fala crioulo, que só sabe falar francês».

Carla vive com as duas filhas do meio e apesar de achar que os homens cabo-verdianos «são abusados, querem ter mais do que uma mulher e não aceitam que a gente brigue e que diga não a certos abusos» também partilha casa com um namorado, com quem não pensa ter filhos. Beneficiária de micro crédito da Morabi, para reforçar um negócio de venda de bar, afirma que ainda não conseguiu sair da situação de pobreza e que está a pensar em tirar as duas filhas da escola, porque não tem como as sustentar e ainda ter de pagar as despesas da escola. Acha que o estado Cabo-verdiano faz muito pouco pelas mulheres e que deveria receber mais apoio.

A organização familiar da Carla é mais um exemplo do modo como a migração reestrutura as relações familiares ou pode mesmo fazê-los desaparecer. O seu maior desejo é que os filhos, que vivem em França, saibam que eles têm uma mãe em Cabo Verde.

«Assinei um documento a dizer que ela podia levar os meus filhos. No princípio não queria assinar mas o pai dela disse-me que se a minha filha não tivesse boa vida aqui eu é que eu seria a culpada, então fiquei com medo e assinei o documento. Com o meu filho, falo de vez em quando mas ele fala mais francês do que crioulo por isso não consigo perceber tudo. Diz-me uma ou duas coisas e passa o telefone para a minha prima falar comigo. Já disse à minha prima para falar com eles em crioulo, assim não esquecem, mas nada, tudo na mesma. Às vezes sinto que vou morrer sem rever os meus filhos. Sem conhecer a minha filha, porque ela foi com 9 meses e já tem 19 anos. Que pode acontecer a mesma coisa que aconteceu comigo e com o meu pai. Ele faleceu sem nos conhecermos. Eu sempre senti que o meu avô, o pai dele, era mais meu pai do que o meu próprio pai».

Estas narrativas biográficas mostram que as mulheres é que ficam com os filhos e delas depende a sua educação e sustento, respondendo às expectativas

sociais que recaem sobre elas, enquanto cuidadoras da família, dado que os seus filhos nasceram num contexto de desresponsabilização parental e de não assunção plena da paternidade, onde o pai “dá quando quiser” e “não se conta com ajuda de nenhum pai d’fidj para se poder criar os filhos” (Rodrigues, 2007, Sousa Lobo, 2007, Massart, 2005, Giuffré, 2007).

Neste quadro, a coesão e segurança familiar (do ponto de vista socioeconómico e afectivo) é garantido pela mãe e pelas mulheres que ocupam um lugar central na casa e na vida dos filhos, cumprindo muitas vezes a função de mãe e pai dos filhos, de mãe dos netos, contribuindo para criação de dinâmicas familiares matrifocais, que valorizam o vínculo mãe-filho em detrimento do vínculo incerto *pai d’fidj - mãe d’fidj* (Grassi, 2003, Lobo, 2008, Rodrigues, 2007, Drotbohm, 2009).

Daqui decorre que na prática quotidiana estas relações mostram o carácter restritivo e enganador da definição da sociedade cabo-verdiana enquanto sociedade patriarcal, pondo ao descoberto as fraquezas e a fluidez deste sistema patriarcal (Kandiyoti, 1988). Aí reside, neste jogo de procura de poder para si, em conflito com o outro, uma das possíveis explicações para um descrédito, quase que a priori, na possibilidade de construção de uma vida a dois e no lar (Massart 2005) e que retiram às mulheres a imagem de passividade e de “sempre vítimas”.

Retomando a ênfase dada a relação mãe-filhos como sintomático da plasticidade familiar presente no quotidiano das relações sociais em Cabo Verde (Rodrigues, 2007) as estratégias quotidianas criadas pela Dona Maria e pela Carla, para retirarem o seu agregado familiar da condição de família pobre, não são criadas num vazio social. Sozinhas não conseguem e fazem-se valer de uma rede social de apoio, flexível, que não se fica apenas por outros membros da família, frequentemente, outras mulheres e nem estão espacialmente localizadas, ao nível local e da vizinhança.

Os apoios podem chegar de redes familiares transnacionais traduzindo as expectativas sociais criadas em

torno dos projectos migratórios, sobretudo para com os que conseguiram emigrar (Dias, 2000; Akesson, 2004; Giuffré, 2007; Drotbohm, 2009). Para a Carla, apesar das angústias que tem sofrido, a abdicação da vivência quotidiana de mãe em presença em nome de promoção de uma maior estabilidade aos dois filhos e para o resto da família que ficou em Cabo Verde, apareceu ser a melhor solução, num contexto de pobreza em que viviam. A convivência da família da Carla com as dinâmicas migratórias permite o redimensionamento da visão clássica e androcêntrica da migração – não são apenas os homens que emigram e as motivações migratórias, não são, hoje em dia, exclusivamente económicas – e por outro lado, facilita uma leitura plural das respostas locais às políticas migratórias cada vez mais restritivas (perante leis migratórias que restringem a entrada de estrangeiros nos territórios europeus a possibilidade de fazer uso da presença de familiares na migração, para enviar os filhos, tem sido uma dessas estratégias) (Carling, 2001, 2002; Akesson, 2004, Góis, 2006).

4. CONCLUSÕES

Em Cabo Verde a família tem sido desde sempre um campo contestado e diversos estudos têm identificado as suas contradições. Nestes trabalhos a família cabo-verdiana é apresentada como historicamente fundada na desigualdade (racial e de género) e na mobilidade (devido ao contínuo fluxo emigratório) (Rodrigues, 2005); é marcada pela fragilidade e inconstância conjugal, pela fluidez dos grupos domésticos e pela negociação intergeracional e transnacional (Lobo, 2008). Assim se percebe que a família em Cabo Verde é efectivamente um campo muito pouco normativo, aparentemente mais em linha com as novas abordagens antropológicas do parentesco que enfatizam o carácter processual, construído e fluido das relações familiares (Carsten, 2000).

As histórias de vida e os percursos familiares aqui relatados também permitem suportar esta argumentação, visto que nenhum deles corresponde

completamente ao modelo normativo de família nuclear e patriarcal. Eles revelam antes que nas casas cabo-verdianas se pode encontrar uma grande diversidade de configurações familiares, tais como famílias com mulheres solteiras e chefes de família, mulheres que se assumem enquanto mãe e pai dos filhos (matrifocais), famílias sem a presença do pai (pai abandonado), ou sem a presença da mãe; famílias onde convivem, dentro da mesma casa mais de duas gerações (os avós, sobretudo a avó, com um papel central na vida dos netos) ou mesmo núcleos familiares geridos por jovens mas dependentes de familiares ausentes. Estas configurações são resultado de dinâmicas que obrigam a uma plasticidade contextual e situacional nas relações familiares, em que as pertenças e nomeações de parentesco obedecem mais a uma construção social e situacional da família do que ao estabelecimento de pertenças com base numa partilha de antepassados comuns e na consanguinidade.

Este tipo de relações dinâmicas, flexíveis e contextualmente negociadas é o mais frequente no campo das relações familiares em Cabo Verde, verificável em particular na existência de vários parceiros ao longo da vida e na preponderância da matrifocalidade e do eixo geracional avó-mãe-filho sobre o eixo conjugal na organização familiar. Porém, face a esta realidade pouco normativa, a família é cada vez mais o alvo de fortes retóricas políticas e morais que evocam famílias “desestruturadas” por oposição a uma idealização da família patriarcal e nuclear – mesmo que esta nunca tenha tido equivalência efectiva nas práticas familiares quotidianas (Rodrigues, 2007; Lobo, 2008) – desestruturação esta que seria responsável pelos problemas sociais crescentes na sociedade cabo-verdiana.

No entanto os dados etnográficos aqui apresentados permitem inverter a perspectiva, demonstrando antes como as configurações familiares cabo-verdianas se constituem em função dos constrangimentos históricos e socioculturais que foram e vão determinando a vida quotidiana no país. Outros autores suportam também esta análise (Rodrigues, 2007; Lobo, 2008)



demonstrando que a mobilidade geográfica e a consequente fluidez e não normatividade das relações familiares constituiu-se como a principal resposta à escassez crónica e à consequente incerteza face ao futuro que sempre marcou a vida no arquipélago, do período colonial até à actualidade.

Porém, ao analisar as narrativas biográficas e as aspirações das mulheres e dos jovens mais pobres no Mindelo não é possível ignorar uma expressiva presença do desejo de constituir uma família idealizada, em conformidade com os padrões normativos patriarcais e nucleares. Este paradoxo introduz um desafio analítico, já que tal desejo parece contraditório com a flexibilidade familiar frequente em Cabo Verde. No entanto, num artigo recente Daniel Miller alerta justamente para os perigos de uma interpretação das relações familiares excessivamente centrada na ideia de *relatedness* (Carsten, 2000), na constituição processual e fluida do parentesco. Pelo contrário, o autor chama a atenção para a importância do carácter normativo e prescritivo das relações familiares e para o facto da «...flexibilidade e negociação serem um resultado directo do esforço dos indivíduos tentando conservar princípios claros e expectativas formais no parentesco em face da complexidade da vida familiar moderna» (Miller, 2007: 540).

As histórias de vida aqui apresentadas demonstram justamente este esforço de mulheres e de jovens para assumirem as suas responsabilidades familiares e cumprirem, da forma possível, as suas aspirações pessoais e sociais. Assim se compreende que apesar de muitos cabo-verdianos não conseguirem alcançar o ideal de família, tal não significa que as suas famílias reais estejam em crise ou desestruturadas. Talvez elas simplesmente não se ajustem a um modelo social mais amplo que se tem tentado instituir em Cabo Verde, que no período pós-colonial seria um modelo de cidadania “moderna”, baseada na autonomia individual, na independência económica e residencial, na educação formal e no sucesso profissional, no consumo e no lazer, o qual estaria assente na construção e manutenção

de uma familiar nuclear e patriarcal, a base de execução deste projecto de construção positiva de Cabo Verde. Talvez seja este modelo de sociedade que esteja em crise, incapaz de cumprir as promessas da modernidade, e não a família cabo-verdiana.

Pois, no passado como no presente, face à fragilidade de outras estruturas mediadoras como o Estado, o mercado de trabalho, ou a sociedade civil, é pelo dinamismo da família que, tanto no arquipélago como pelas redes familiares diaspóricas, os cabo-verdianos mais pobres sempre têm feito face às adversidades; é nela que reside o lugar central da construção das suas identidades pessoais e das suas trajectórias sociais.

BIBLIOGRAFIA

- AKESSON, L. (2004) *Making a Life, meanings of migration in Cape Verde*, Phd thesis. Gothenburg: Department of Social Anthropology, University of Gothenburg.
- ANDRADE, E. (1996) *As ilhas de Cabo Verde. Da Descoberta à Independência Nacional*. Paris: Edições L'Harmattan.
- CARLING, J. (2001) *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*. Oslo: University of Oslo.
- CARLING, J. (2002) “Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (1): 5-42.
- CARREIRA, A. (1977) *Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*. Lisboa: Ulmeiro.
- CARREIRA, A. (1983) *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Mem Martins: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- CARSTEN, J. (2000) “Introduction: Cultures of relatedness”. In Carsten, Janet (ed.) *Cultures of relatedness. New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, pág. 1-36.
- DIAS, J.B. (2000) *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Brasília:

- Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado em Antropologia.
- DROTBOHM, H. (2009) “Horizons of long-distance intimacies. Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde”. *History of the Family* 14: 132-149.
- FORTES, C. (2010) “Na Kab Verd Família é Bnite só na Fotografia: Tecendo relações familiares e de género, inventando novos modelos de famílias. In *Actas da Jornada sobre Delinquência Juvenil e a Problemática de Género e Família*. Santiago: Universidade de Cabo Verde.
- GIUFFRÉ, M. (2007) “Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas numa relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde)”. In Grassi, M.; Évora, I. (orgs.) *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pág. 193-215.
- GÓIS, P. (2006) *Emigração Cabo-verdianas para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.
- GRASSI, M. (2003) *Rabidantes. Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007) *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar*. [online]. Página web. Praia: INE. [Consulta, 01.07.2008].
- KANDIYOTI, D. (1988) “Bargainig with Patriarchy”. *Gender and Society*, 3: 274-290.
- LAURENT, P.J.; FURTADO, C. 2008, “A Igreja Universal do Reino de Deus de Cabo Verde: Crescimento urbano, pobreza e movimento neopentecostal”. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, 2:31-54.
- LOBO, A.S. (2008) “A different kind of family. The Domestic Environment in Boa Vista Island, Cape Verde”. *Vibrant*, 5 (2): 147-176.
- LOPES FILHO, J. (1996) *Ilha de São Nicolau. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. Praia: Secretaria-Geral do Ministério da Educação de Cabo Verde; II Volume.
- LOPES FILHO, J. (2003) *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: ISE.
- MARIANO, G. (1991) *Cultura Cabo-verdiana*. Ensaios. Lisboa: Vega.
- MARTINS, F. (2009) “The Places of Youth in Urban Cape Verde”. In Cruz, F.; Cruz, J.P. (orgs.) *Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural (Actas do VI Congresso Internacional)*. Porto: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural.
- MARTINS, F. (2010) “O Paradoxo das Oportunidades. Jovens, relações geracionais e transformações sociais – notas sobre Cabo Verde”, *Working Paper CRIA 4*. [Consulta, 12.09.2010].
- MASSART, G. (2005) “Masculinités Pour Tous? Genre, Pouvoir et Gouvernamentalité au Cap-vert, le foyer dans la spirale de l’ouverture et du changement à Praia”. *Lusotopie*, 12(1-2): 252-262.
- MEINTEL, D. (1984) *Race, culture and Portuguese colonialism in Cabo Verde*. Nova Iorque: Syracuse University.
- MILLER, D. (2007) “What is a Relationship? Is Kinship Negotiated Experience?”. *Ethnos*, 72(4): 535-554.
- PAIS, J.M. (1999) *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.
- PEIXEIRA, L.M.S. (2003) *Da mestiçagem à Caboverdianidade: registos de uma sociocultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- RODRIGUES, I.P.B.F. (2003) “Islands Of Sexuality: theories and histories of creolization in Cape Verde”. *International Journal of African Historical Studies*, 36,(1): 83-103.
- RODRIGUES, I.P.B.F. (2005) “‘Our ancestors came from many bloods’. Gendered narrations of a hybrid nation”. *Revue Lusotopie. Género e Relações Sociais*, XII(1-2): 217-232.
- RODRIGUES, I.P.B.F. (2007) “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na



prática”. In Grassi, M.; Évora, I. (orgs.) *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp.123-146.

SANTOS, M.E.M.; Soares, M.J. (2001) “Igreja, Missionação e Sociedade.” In Santos, M.E.M. (coord.) *Historia Geral de Cabo Verde*, 2ª Edição. Lisboa: ICCP, Praia: INAC; Volume II.

SEMEDO, A.F.C. (2009) *Religião e Cultura: A influência da Igreja Católica na Reprodução da Dominação Masculina*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

ABSTRACT

In Africa in recent decades the family, as a social and moral category, gained new contours. In the dominant discourses, both institutional and common sense, there is a paradoxical view of the family. Cited as a social and identity pillar of constantly renewed importance, the contemporary family is also categorized as being in crisis, “dysfunctional” and therefore identified as the root of many contemporary social problems. Based on ethnographic data collected among women and youths of poor urban areas the city of Mindelo (Cape Verde), we propose a critical analysis beyond the discourse about the family crisis. The transnational family networks, changes in gender relations and the dynamics of intergenerational reciprocity will be revealed as central resources for a majority of Cape Verdeans poor people to structure their identities and life courses and thus tackle the growing uncertainty that characterizes contemporary African contexts.

KEYWORDS CAPE VERDE, FAMILY, YOUTH, GENDER, GENERATION, TRANSNATIONALISM

RESUMEN

En África en las últimas décadas la familia ha ganado nuevos contornos como una categoría social y moral. En los discursos dominantes, sean institucionales o de sentido común, hay una visión paradójica de la familia. Citada como uno de los pilares sociales y identitarios de importancia siempre renovada, la familia contemporánea es también representada como estando en crisis, “disfuncional”, y por lo tanto identificada como la raíz de muchos problemas sociales

actuales. Sobre la base de datos etnográficos recogidos con mujeres y jóvenes de áreas pobres de la ciudad de Mindelo (Cabo Verde), se propone un análisis crítico más allá de los discursos sobre la crisis de la familia. Las redes familiares transnacionales, los cambios en las relaciones de género y las dinámicas de reciprocidad entre las generaciones se revelan como recursos centrales para que una mayoría de Cabo-verdianos pobres estructuren sus identidades y sus cursos de vida y así hacer frente a la creciente incertidumbre que caracteriza a los contextos contemporáneos en África.

PALABRAS CLAVE CABO VERDE, FAMILIA, JUVENTUD, GÉNERO, GENERACIÓN, TRANSNACIONALISMO

RESUM

A l'Àfrica, en les darreres dècades, la família ha guanyat nous contorns com a categoria social i moral. En els discursos dominants, institucionals o de sentit comú, hi ha una visió paradoxal de la família. Citada com un dels pilars socials i identitaris d'importància sempre renovada, la família contemporània és també representada com si estigués en crisi, “disfuncional”, i per tant identificada com l'arrel de molts dels problemes socials actuals. A partir de dades etnogràfiques recollides amb dones i joves d'àrees pobres de la ciutat de Mindelo (Cap Verd), es proposa una anàlisi crítica més enllà dels discursos sobre la crisi de la família. Les xarxes familiars transnacionals, els canvis en les relacions de gènere i les dinàmiques de reciprocitat entre les generacions es revelen com a recursos centrals per a que una majoria de Capverdians pobres estructurin les identitats i el transcurs de vida i així facin front a la creixent incertesa que caracteritza els contextos contemporanis a l'Àfrica.

PARAULES CLAU CAP VERD, FAMÍLIA, JOVENTUT, GÈNERE, GENERACIÓ, TRANSNACIONALISME

O presente artigo resulta de uma análise antropológica conjunta a partir das pesquisas etnográficas independentes mas simultâneas, realizadas pelos autores na cidade do Mindelo, em Cabo Verde. Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, em Lisboa a 9 de Setembro de 2010, no âmbito do painel

temático “Redes e Estratégias Familiares na África Contemporânea”, organizado pelos autores. Os autores agradecem a todos os participantes do painel e em particular os comentários dos antropólogos Lorenzo Bordonaro e Antónia Pedroso Lima. Todas as informações e análises apresentadas no presente artigo são da única responsabilidade dos autores.

Associação juvenil que actua na periferia sudeste da cidade do Mindelo, promovendo actividades educativas e lúdicas para jovens. É responsável pela dinamização de dois centros juvenis. FAOSTAT, 2008 <http://faostat.fao.org/site/550/DesktopDefault.aspx?PageID=550#ancor> acedido a 09/08/2010).

Expressão que significa “bem” ou “correctamente”.

Mãe de filho. O equivalente masculino é *pai d'fidj*: pai de filho.

É comum, em Cabo Verde, os netos, sobretudo aqueles que vivem com avós, tratarem-nos por mãe e pai e chamarem-nos pelos nomes próprios aos pais biológicos.■

